

CIDADE, MEGAEVENTO E POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

SARUANNA DIAS DE CARVALHO
JOSÉ TIAGO DE QUEIROZ MENDES CAMPOS
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC)

RESUMO

Fortaleza, cidade sede da Copa de 2014, possui 25km de faixa litorânea e ao contrário de outras capitais tem sua orla ocupada por populações de baixa renda, com exceção da Praia do Meireles e de trechos das praias de Iracema, Futuro e Mucuripe. No decorrer dos anos a apropriação social da natureza e o processo de urbanização crescente constituíram o foco de diferentes representações a cerca do reconhecimento e da legitimidade de frequentadores e usos das praias. As praias têm sido áreas prioritárias das ultimas gestões municipais, sendo palco de projetos como: Vila do Mar, ordenamento da Praia de Iracema, construção do Aquário e Reforma da Beira Mar. Nesse contexto se faz importante refletir sobre a utilização do espaço urbano e as assimetrias sociopolíticas decorrentes do pensamento economicista que visa o Turismo como principal fonte de desenvolvimento, em detrimento do interesse de sociedades tradicionais ou de práticas culturais já estabelecidas. O exercício de entendimento dos processos de mudança ocorridos nas praias da cidade, principalmente no trecho de Beira Mar do bairro Mucuripe, me fez atentar para a confluência de interesses do Estado, capital imobiliário e turístico, frequentadores e populações pesqueiras; buscando perceber como os conjuntos de atores e poderes envolvidos se manifestam, articulam-se e compreendem os significados de suas ações, tendo como contexto a mobilização em torno do megaevento, representada pela a Reforma da Beira Mar.

Fortaleza, capital do estado do Ceará, possui 25km de faixa litorânea e ao contrário de outras capitais tem sua orla ocupada por populações de baixa renda, com exceção da Praia do Meireles e de trechos das praias de Iracema, Futuro e Mucuripe. No decorrer dos anos a apropriação social da natureza e o processo de urbanização crescente constituíram o foco de diferentes representações a cerca do reconhecimento e da legitimidade de frequentadores e usos das praias.

Como sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, a cidade passa por diversas mudanças em sua estrutura física. O reordenamento urbano tem sido discutido em diferentes esferas e espaços da cidade, desde o uso e legitimidade de práticas nos espaços públicos a desapropriações, reformas e criação de estruturas de lazer¹. Todo esse cenário se faz em meio à justificativa do desenvolvimento que surge aliada ao alto investimento no potencial turístico.

A faixa de Beira Mar, com alto poder aquisitivo, é composta de três quilômetros e meio e possui um projeto de reforma que começou a ser implementado. Trata-se de mudança do calçadão, criação de áreas verdes, ciclovia, trilhos para passagem de bonde, novo mercado de peixes e reorganização da feira de artesanatos². Esse empreendimento coaduna com a valorização e reestruturação das praias de Fortaleza, que desde a antiga gestão, de Luiziane Lins, vem sendo efetuado.

¹ Ver em anexo a relação das remoções.

² O projeto está disponível em no site: http://www.youtube.com/watch?v=w_mG2_RUrho

A gestão anterior executou o Projeto Vila do Mar, urbanizando todo o litoral oeste, correspondente a bairros pobres da regional I, que estava em estado crítico de degradação e abandono. Os projetos litorâneos em execução ou tramitação são a Reforma da Beira Mar, a construção de um Aquário na Praia de Iracema e a reordenação das barracas na Praia do Futuro. Se a prefeitura anterior iniciou as reformas por áreas pobres da cidade que nunca foram alvos de investimentos públicos, a atual concentra investimentos em áreas nobres, executando projetos idealizados na gestão anterior e promovendo políticas de segregação e higienização em espaços públicos da cidade.

O exercício de entendimento dos processos de mudança ocorridos nas praias da cidade, principalmente no trecho de Beira Mar do bairro Mucuripe, me fez atentar para a confluência de interesses do Estado, capital imobiliário e turístico, frequentadores e populações pesqueiras; buscando perceber como os conjuntos de atores e poderes envolvidos se manifestam, articulam-se e compreendem os significados de suas ações, tendo como contexto a mobilização em torno do megaevento, representada pela a Reforma da Beira Mar.

Nesse contexto se faz importante refletir sobre a utilização e gerenciamento público do espaço urbano e as assimetrias sociopolíticas decorrentes do pensamento economicista que visa o Turismo como principal fonte de desenvolvimento, em detrimento do interesse de sociedades tradicionais ou de práticas culturais já estabelecidas.

Os investimentos em áreas nobres da cidade vêm acompanhados de práticas segregadoras com visível viés elitista. Nos primeiros levantamentos e estudos para a execução dos projetos da Beira Mar, o *Marco Conceitual do Projeto Beira Mar As Orlas Urbanas Hoje e os Propósitos deste Projeto*³ encontramos:

“um dos fatores que fragilizam a beira mar como base comunitária é a reduzida participação dos habitantes mais ricos na vida e no espaço publico da orla. Nada além daquilo que exceda às caminhadas por motivos de saúde. [...] De maneira assimétrica, as populações de baixa renda, que residem em igual número na zona de influência pedestre, tem sua relação de pertença reduzida por conta das reações excludoras originárias da mesma elite. [...] qualquer desenho urbano que vise melhorar a qualidade da orla da beira mar, necessariamente, terá que produzir padrões para reduzir estes impasse social, que termina por se refletir, de maneira sincrônica, em problemas ambientais e econômicos.”

Conforme os documentos da Prefeitura de Fortaleza, a Beira Mar é tida como uma *grande oportunidade urbana*. De acordo com a fala acima, retirada de documentos oficiais da prefeitura, o impasse social entre classes distintas deve ser reduzido e o meio de fazê-lo tornou-se visível nos dias 18 e 22 de março de 2010 quando se deu o espetáculo ostensivo da retirada dos frigoríficos, fogareiros e caixotes de madeira onde eram guardados os apetrechos e mantimentos de pescadores e seus aparentados que comercializam na proximidade do Mercado dos Peixes.

No dia 18 de março de 2010 o jornal *O Povo* noticiou a retirada das barracas na Beira Mar:

“Um dos pontos turísticos mais importantes de Fortaleza foi beneficiado, na manhã de ontem, por uma ação dos os Distritos de Meio Ambiente e Saúde da Secretaria Executiva Regional II (SER II). Fiscais da secretaria retiraram cinco barracas na Beira Mar que vendiam comidas e bebidas de forma irregular, sem licença da Prefeitura e sem condições de higiene. Os vendedores já haviam sido notificados, mas não deixaram o local.

Como mostra o documento oficial e também a matéria veiculada no jornal, o impasse deve ser resolvido, e o benefício se deu com a retirada dos utensílios de comerciantes. Mas a que se deve a

³ Este documento foi cedido pela Secretaria de Turismo de Fortaleza – SETFOR.

retirada? Quem utiliza esse espaço e com quais finalidades? Quais as práticas e relações estabelecidas no local? Quem de fato se beneficia com essa ação? Essas indagações não foram feitas pela prefeitura e imprensa, que se reportam à Beira Mar apenas visando o desenvolvimento turístico e bem estar das classes abastardas que lá moram e frequentam. A solução para que a participação *dos habitantes mais ricos na vida e no espaço público da orla* foi a retirada do que há de “sujo”, conforme noticia o jornal:

Segundo o assessor do Distrito de Meio Ambiente da SER II, Stênio Rodrigues Cavalcante, a retirada de estabelecimentos irregulares ocorre constantemente. Stênio afirma que os vendedores insistem em ficar no local. “Eles já foram notificados mais de oito vezes porque ocupam um espaço público sem autorização”, lembra. Além disso, nas barracas eram comercializadas bebidas alcoólicas e produzidas refeições. Tudo sem respeitar as normas da vigilância sanitária.

A opção oferecida pela secretaria aos vendedores era que os alimentos fossem levados prontos para a praia. Porém, nenhum agiu dessa maneira, o que provocou a retirada.

Com relativa recorrência questões de higiene e segurança são acionadas para justificar a exclusão de populações vulneráveis. O fato é que ao longo da Beira Mar exemplos de esgotos ao céu aberto, sujeiras no decorrer da faixa de areia, lixeiras quebradas e buracos são corriqueiros, não cabendo aos comerciantes próximos ao Mercado o motivo da desordem e sujeira alegada na reportagem. Tal alegação passa a fazer sentido quando deparada com o discurso oficial que visa acabar com impasse de classes para que a população rica utilize mais a orla, *eis o que falta para o uso democrático, higiene social!*

A imparcialidade da reportagem esconde o processo histórico de ocupação da praia e a importância do lugar para a população que o habita. Além de não dá voz aos pescadores e comerciantes que estavam sendo retirados.

OCUPAÇÃO DO MUCURIBE

Segundo o ex-diretor do Arquivo Público do Ceará, Geraldo Nobre, o Mucuripe era uma colônia de pescadores que cresceu durante a seca de 1877 a 1879, com a vinda de retirantes do interior do estado.⁴ A origem do nome do bairro e dos pescadores do Mucuripe está relacionada aos índios da Tribo Mocó, que dominavam a técnica pesqueira.

Até meados da década de 1940 as atividades portuárias eram realizadas no Poço da Draga, antigo ancoradouro de Fortaleza que não possibilitava aportamento de grandes navios. Em 1945 foi construído um novo Porto, na enseada do Mucuripe. Conforme Ramos (2003:67) *“A instalação do porto foi um grande indutor do crescimento do Mucuripe e áreas próximas, com alta concentração da população de baixa renda, sobretudo até os anos de 1980, quando foram se ampliando a função residencial para a classe média, a rede hoteleira e as atividades de lazer.”*. Citando Jucá (2000) a autora chama atenção para os fatos decorrentes da construção do porto:

(...) Mucuripe atraiu trabalhadores que prestavam serviço no antigo porto, bem como deslocou parte da “zona de meretrício” para o atual bairro do Farol, contribuindo para a ocupação das dunas e o processo de favelização da área.

Na zona portuária, no Mucuripe, começava a surgir a prostituição e, por isso em 1952, 600 mulheres foram ameaçadas de despejo pela Secretaria de Polícia, pois algumas famílias exigiram a transferência dos prostíbulos para outros lugares. Os botequins e a prostituição eram os acusados ‘da degradação em larga escala’ no Mucuripe que se expandia. (JUCÁ: 2000, p.205).

⁴ Informação retirada do jornal Diário do Nordeste de 1994.

Ainda segundo Ramos (2003) o Mucuripe que era basicamente ocupado por famílias de pescadores, contendo em sua paisagem jangadas e casas simples de pescadores. Mas na década de 20 conheceu a especulação imobiliária:

Em 1920, o Almirante Frederico Vilar fundou, ao lado do atual IATE CLUB, a colônia de pescadores, nesta época Colônia Z-2. Esta, importante instrumento de representatividade dos pescadores, também cedeu às pressões do capital imobiliário, saindo do Mucuripe e se estabelecendo na Praia do Futuro. Em 1998, com a saída da colônia Z-2, atualmente colônia Z-8, para a Praia do Futuro, e a retirada das casas dos pescadores da orla marítima do Mucuripe, a paisagem foi se modificando ainda mais, pois a atividade da pesca é, assim como o porto, importante elemento explicativo da ocupação dessa área. (p.62)

Desde 1980 famílias de pescadores começaram a ocupar os morros do Teixeira, Morro Santa Teresinha, Castelo Encantado, Vicent Pinzon e Varjota. Nesse período o turismo no Ceará estava se consolidando. Sua inserção conforme Ramos(2003) *“provocou um impacto cultural muito forte nas comunidades pesqueiras, levando muitas vezes à descaracterização ou ao abandono das atividades tradicionais.”*

A valorização do Mucuripe impactou diretamente a vida dos pescadores que moravam nas praias, pois a rotina local que se tornou mais acelerada, o aumento da violência, o valor do solo e o desaparecimento de labirinteadas e bordadeiras. Chico Albuquerque na obra *Mucuripe* retratou as pequenas casas, costumes e o cotidiano dos moradores das praias, no período de 1952 e de 1988. O receio do fim da comunidade pesqueira e o saudosismo são expressos por Albuquerque com o poema de Faustino Nascimento: *“(...) Fora de espaço e tempo, inalterada,/ A praia inexistente sobrevive / Na saudade dos jovens que nós fomos.”*

Em 1992, foi publicada a obra *Cidade de Água e Sal: Por uma antropologia do litoral nordeste sem cana e sem açúcar*, de Paulo Linhares. Nessa obra o autor perpassa o litoral fortalezense que possui em suas extremidades os rios Ceará e Cocó. E nesse período constatou:

Ali, do Meireles ao Mucuripe, a ação imobiliária vem mudando gradativamente o uso e a paisagem, com a verticalização sucessiva dos grandes edifícios residenciais, que avançam rapidamente em direção ao final da orla, no Mucuripe, pressionando os restaurantes remanescentes, e degradando os restantes, transformando-os em boites, bares de encontros furtivos, zonas que oscilam entre a marginalidade e a súbita transformação em edifícios de luxo. (Linhares, 1992:290)

A ameaça a essa comunidade vem sendo exercida há décadas, mas quais poderes estão envolvidos? De que forma eles se exercem, como se concretizam? Como essa ameaça chega aos usuários daquele espaço, qual a percepção dos pescadores/frequentadores sobre tal?

Esses questionamentos guiaram minhas primeiras idas a campo. Recordo que ao participar do I Seminário de Políticas Públicas para a Pesca Artesanal, ocorrido em Fortaleza, em abril de 2012, um dos pescadores comentou *“a pior coisa que se pode fazer com um pescador, é afastar ele do cheiro do mar”*, essa fala esclarece o impacto causado nos pescadores do Mucuripe e principalmente resgatam a necessidade deles de viver próximo a esse ecossistema, sendo mais que uma questão financeira. Trata-se do modo de vida dessas populações, é lá onde suas ações ganham significações e se inserem em teias que se cruzam repercutindo em diferentes instituições sociais.

Essa fala ajuda na compreensão dos atuais usos e práticas na praia do Mucuripe, pescadores e familiares que moram na proximidade da praia, nos morros principalmente, fazem diariamente o percurso para a praia, lá eles pescam, conversam, bebem, dançam, comercializam, discutem, estabelecem trocas e atualizam relações e informações cotidianas.

Em aproximadamente dezoito meses de pesquisa de campo, observei a dinâmica cotidiana, os dias de festejos e também a querela sobre a desocupação dos comerciantes e a possível modificação do uso do espaço, que atualmente tem fins de lazer, trabalho e sociabilidade.

Na primeira ida a campo conversei com um senhor que me relatou:

Aqui é que nem eu estava falando para a Dona Genoveva que outro dia colocou a banquinha de cortar cabelo aqui no calçadão. Aí eu disse D. Genoveva coloque sua banquinha mais pra cá, na praia. Tá vendo que num pode botar aqui, aqui é o Brasil Turístico num pode ter uma banquinha dessa, como é que o pessoal vai passar, vai correr por aqui?! Depois acha ruim quando vem o rapa. Mas tá vendo que tá errado.

A fala desse senhor explicita a segregação existente entre praia e calçadão e a forma como essa simbologia é interiorizada por pescadores e pelos comerciantes locais. Ao pedir que D. Genoveva coloque a banquinha na areia ele estabeleceu um limite e também o reconhecimento de seu espaço, do lugar que eles devem/ 'podem' ocupar.

Ao mapear os atores sociais envolvidos em campo percebi o caráter diversificado e paralelamente segregado. Assim como nos revela a fala acima citada, há uma fronteira simbólica e física que divide a orla. Enquanto o calçadão é ocupado por moradores dos prédios da orla, e de bairros nobres da região, que se exercitam e caminham com seus cães. A praia é ocupada por pescadores e seus familiares, no espaço mulheres e alguns homens comercializam lanches, refeições e bebidas. O espaço é de lazer, comércio e também de moradia para alguns que ocupam as embarcações que aguardam reparo. As relações são diversas.

A relação comercial entre os pescadores e os vendedores – maioria mulheres- é permeada por amizade, confiança e cumplicidade. Mesmo com poucas condições, contando apenas com cadeiras e caixotes de madeira, onde são guardadas garrafas com cachaça, café, pães, bolos, almoços; esses comerciantes passam o dia na praia e confirmam que o público é sempre o mesmo: pescadores, moradores de rua, apostadores do jogo do bicho (feitos na praia), aposentados que trabalhavam com pesca e familiares de pescadores.

Sobre o começo da prática de vender comidas e bebidas alcóolicas na praia, Sr. Valdisio, em entrevista realizada dia 26/01/2013, diz que sempre existiu, mesmo quando na areia da praia tinham os prostíbulos, “*sempre teve mulheres vendendo comidas para os pescadores*”. Já outra vendedora diz que com a retirada das casas de pescadores, crescente valorização da área e alto custo dos serviços oferecidos por restaurantes na orla, ela sempre vinha deixar comida para o pai que voltava do mar. Assim, percebeu a oportunidade de comercializar na praia.

O comércio, porém proporcionou algo mais que a prestação do serviço, o espaço hoje é um lugar de vivência. Ao indagar Dona Joana, uma jovem, filha de pescador, que vende almoços na praia sobre como era sua rotina, obtive como resposta “*minha vida é aqui, eu praticamente moro aqui, agora a casa de dormir é lá em cima. Pela manhã eu faço o almoço para vender aqui, aí depois fico aqui de 11h:30min até de noite.*”

O espaço da praia é todo dividido, os comerciantes possuem caixotes onde guardam apetrechos e asseguram o ponto de venda. Assim como Joana, a maioria dos comerciantes passa o dia na praia, outro exemplo é Dona Helena que comercializa na praia desde 1983 e chega lá às cinco horas da manhã de todos os dias, para vender lanches e bebidas.

Assim, a praia constitui um *lugar* fundamental não só como fonte de renda, mas também para a sociabilidade; a continuidade de práticas culturais como a procissão das jangadas no dia de São Pedro; e principalmente como lugar de enunciação dos sujeitos, onde eles se atualizam, discutem fatos cotidianos, negociam e realizam trocas.

O trecho de Beira Mar do bairro Mucuripe constitui um *lugar* social, cultural, espacial e de enunciação dos sujeitos sendo aqui pensado como uma categoria de análise sócio antropológica (Zhour, 2011), tomando o espaço em sua dimensão simbólica, resgatando a relação homem/natureza/trabalho/lazer.

REFORMA DA BEIRA MAR 2013

Entre setembro de 2012 e março de 2013 foi dado início a uma movimentação na Beira Mar, funcionários da prefeitura e da construtora vencedora da licitação para executar obra iniciaram medições, procedimentos técnicos de mapeamento e cadastros de ambulantes, barraqueiros, vendedores da feira de artesanato e dos boxes do Mercado dos Peixes. Toda essa movimentação deixou os comerciantes do Mucuripe apreensivos. O medo era de que a atuação ostensiva da polícia como ocorreu em 2010 fosse acionada pela prefeitura.

Os comerciantes temiam ter seus bens apreendidos. Importante ressaltar que os apetrechos e equipamentos apreendidos em 2010 só poderiam ser restituídos mediante pagamento de multa, que segundo os comerciantes ultrapassava o valor dos bens.

Alguns adotaram as medidas propostas pela prefeitura em 2010, as comidas passaram a ser feitas em casa e não na praia, porém a venda de bebidas alcóolicas proibida pela prefeitura e um dos principais itens procurados pelos pescadores continuou sendo vendido, mas de forma velada - não ficavam mais expostos. Os comerciantes voltaram aos poucos depois da retirada. Embora não tenham reconstituído a forma como antes trabalhavam (como Dona Helena que antes vendia almoços e agora só vende lanches) o espaço como opção de lazer e sociabilidade fora retomado, reapropriado.

Esse conflito entre estado e populações de baixo poder aquisitivo na beira mar, é registrado também em Linhares (1992): “*A faixa de praia sofre também interferência do Estado que a normaliza, urbanizando-a com calçadas, barracas padronizadas, áreas de esporte, destinadas a outros públicos e áreas destinadas à venda de artesanato para turistas.*” (p. 290).

No início do ano os vendedores desse trecho continuavam sem ser notificados pela prefeitura, tentaram se organizar, mobilizando os outros comerciantes e buscando apoio de outras instituições. Dona Joana, possuía características de líder e me narrou algumas de suas empreitadas para conseguir apoio com instituições que atuam na Beira Mar.

Ao acompanhar esse processo observei que a principal dificuldade em conseguir representação política para a causa se dá pela inadequação da função que esses vendedores ocupam com as instituições já existentes.

Dona Joana soube que estava acontecendo uma reunião com os feirantes da Beira Mar, foi com sua mãe participar. Lá chegando esperou o fim da reunião e conversou com o presidente da Associação dos Feirantes da Av. Beira Mar – ASFABEM, e me relatou que foram informadas que não teriam direito, porque não foram cadastradas e não possuem barracas. Joana ainda falou como foi tratada pelo presidente:

Quando eu falei da nossa situação eles disseram: Já que vocês querem participar cortem as unhas e usem roupas limpas na reunião. Eu me sentir humilhada Sara, eles pensam que a gente é o quê? Eu vou dizer para você direitinho como é, eles acham que a gente traz os moradores de rua pra cá, que aqui é só o que não presta. Mas num é assim não Sara, as embarcações dos pescadores quebram eles trazem aqui pra areia da praia, às vezes não tem dinheiro para o concerto, aí elas ficam aí e vem esses moradores de rua morar nos barcos, a gente também não gosta não, porque eles roubam até nós. (Diário de Campo, 05/03/2013).

Outra instituição procurada foi a Colônia de Pescadores Z-8. Dessa vez, pescadores filiados à colônia encabeçaram a solicitação de uma tomada de posição da colônia, presidida por Possidônio. Em conversa com o presidente ele me esclareceu que muitas das mulheres que comercializam lanches e bebidas são mulheres e familiares de pescadores cadastradas na colônia como marisqueiras, mas que a colônia representa os pescadores e a atividade praticada por elas é outra. Disse ainda está comprometido com causa e que iria falar com as autoridades caso tivesse oportunidade para defender a prática do comércio.

Com os ambulantes eles também não puderam se unir, pois o comércio deles é fixo, cada um tem seu ‘ponto’ específico, não entraram no cadastro de vendedores ambulantes. Feirantes também não são, instala-se, portanto a carência de instituições que os representassem.

Recorreram a John Monteiro, morador do bairro e eleito a vereador de Fortaleza no pleito de 2012, filiado ao Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB. Este se pronunciou na Câmara Municipal de Fortaleza solicitando melhorias para o bairro, mas a questão dos atores aqui estudados findou por não ser o foco, devido aos outros problemas do Mucuripe apresentados pelo parlamentar:

O vereador John Monteiro (PTdoB) fez uso da tribuna na manhã desta terça-feira, 12, para solicitar à Prefeitura de Fortaleza que desenvolva projetos no bairro Mucuripe, com a finalidade de proporcionar melhor qualidade de vida à população. O primeiro ponto levantado pelo parlamentar foi o mirante existente na localidade.

O pronunciamento foi embasado no anúncio de revitalização da Beira Mar e do lançamento de licitação para revitalização do morro Santa Terezinha. Em seguida, John denunciou que três postos de saúde, o Célio Brasil Girão, Frei Tito e Flávio Marcílio não estão funcionando durante o terceiro turno. (...)

Outro ponto levantado diz respeito as praças da localidade que, de acordo com o vereador, não passam por reformas há mais de 20 anos. Além disso, cobrou a publicação do termo de permissão da Beira Mar e ressaltou o problema enfrentado por moradores da região onde será construído o VLT (Veículo Leve sob Trilhos)⁵.

Assim como o vereador, a prefeitura, a empreiteira e a imprensa não se referiram a situação e possíveis mudanças que aconteceriam com esse segmento da sociedade. A ênfase foi dada a reforma, aos permissionários do Mercado dos Peixes e a outras atuações municipais pela cidade, enquanto comerciantes e pescadores viviam a angústia do amanhã.

Foi decidido entre eles que até o pronunciamento do prefeito na solenidade para a assinatura da Ordem de Serviço, que aconteceu na Beira Mar, em 08 de março de 2013, nada seria feito. A esperança de que no pronunciamento conheceriam o posicionamento dos órgãos públicos acerca da situação, motivaram-se ao silêncio e à espera.

Eis que chega o dia, muitos deles vão acompanhar o pronunciamento que aconteceu às 17 horas. Pela manhã, o grupo que morava na sede abandonada da Colônia de Pescadores, localizada no calçadão da Beira Mar, foi retirado e levado para uma casa no morro, passaram a receber aluguel social. A sede foi demolida.

No pronunciamento, frases de efeitos foram pronunciadas como: “*Faremos a Beira Mar mais bonita do Brasil*”, “*Mais importante que a obra é quem por ela é atingida, nós estamos dialogando com esses trabalhadores*”, mas nada sobre esse segmento foi dito. Mais uma decepção para eles que estavam lá vibrando com a solenidade e esperando serem referidos nas falas.

As obras foram iniciadas. Foi montado um Mercado dos Peixes provisório, o antigo foi demolido e outro será construído no local. Os pescadores e seus familiares continuam comercializando e ocupando o espaço, não se sabe o que acontecerá com o decorrer das obras. Por lá encontramos pessoas apreensivas, atentas a qualquer ‘batida’ dos fiscais pela Beira Mar:

⁵ Matéria disponível no site: <http://wp.cmfor.ce.gov.br/cmfor/john-monteiro-cobra-melhorias-no-mucuripe/>

Joana disse que no domingo saiu às 23 horas do Mucuripe, levando as cadeiras, mesas e outros equipamentos de trabalho para casa. Na manhã de segunda-feira todos viviam a tensão do “rapa”, pescadores levavam para as jangadas no mar bebidas, mesas e panelas. O motivo era a fiscalização e apreensão que estavam ocorrendo na Praia do Náutico. (Diário de Campo: 06/03/12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de pesquisa, em que me encontro, tornou-se evidente as assimetrias sociopolíticas e as visões economicistas das possibilidades de uso do espaço público, além da reafirmação de um estado de exceção, com um modelo de desenvolvimento que promove políticas socialmente injustas, invisibilizando populações vulneráveis com o discurso do Turismo como forma de desenvolvimento. É interessante atentar que dentre os diversos grupos que ocupam e comercializam na Beira Mar apenas esse segmento não foi procurado pelos gestores. O segmento foi invisibilizado, talvez por atender um grupo destoante da Beira Mar que se pretende construir. Grupo que atende e constrói relações diárias e sentimentos de pertença com a natureza presente. Uma população pobre, historicamente excluída do local, que resiste, mantendo mais do que o próprio sustento nas relações estabelecidas na praia e no mar.

Dos prestadores de serviços disponíveis a Beira Mar, os comerciantes do local constituem o único grupo que está voltado para o mar, para atender a eles mesmos que pescam, realizam trocas, conversam, namoram, fofocam, vivem.

Essa população dá vida ao patrimônio imaterial de Fortaleza, com os festejos de São Pedro e de Nossa Senhora da Saúde, com as práticas, trocas, valores e saberes difundidos a cada dia de sol e de mar vivenciados na praia. Não podemos simplesmente desconsiderar a região como um reduto de pescadores e deixar de dá-lhes a devida importância para os processos identitários e de reprodução/criação dessa sociedade tradicional que resiste em ocupar o que lhes é de fato e de direito. Não podemos, com a urbanização e a intensa especulação imobiliária, nos esquecermos de onde eles vêm:

Eu venho das dunas brancas
 Onde eu queria ficar
 Deitando os olhos cansados
 Por onde a vida alcançar
 Meu céu é pleno de paz
 Sem chaminés ou fumaça
 No peito enganos mil
 Na Terra é pleno abril
 Eu tenho a mão que aperreia, eu tenho o sol e areia
 Eu sou da América, sul da América, South America
 Eu sou a nata do lixo, eu sou o luxo da aldeia, eu sou do Ceará
 Aldeia, Aldeota, estou batendo na porta prá lhe aperriá
 Prá lhe aperriá, prá lhe aperriá
 Eu sou a nata do lixo, eu sou o luxo da aldeia, eu sou do Ceará
 A Praia do Futuro, o farol velho e o novo são os olhos do mar
 São os olhos do mar, são os olhos do mar

O velho que apagado, o novo que espantado, vento a vida espalhou
Luzindo na madrugada, braços, corpos suados, na praia falando amor.⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Chico. Mucuripe. Fortaleza: Grupo J. Macêdo, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/ Edusp, 2000.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Editora ENESP, 2010.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LCT, 2012.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Cultura e lazer (1945-1960). In SOUSA, Simone de. (org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza. São Paulo: Analumbre, 2000.
- LINHARES, Paulo. Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- RAMOS, Lidianie da Costa. Mucuripe: verticalizações, mutações e resistências no espaço habitado. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2003.
- SCHIFFER, Sueli Ramos e DEÁK, Csaba (Org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004
- SILVA, José Borzacchiello da. Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.
- VALENÇA, Márcio Moraes. (Org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- VELHO, Gilberto. (Org.) Antropologia urbana. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1999.
- ZOURI, Andréa (Org.). As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ANEXOS

RELAÇÃO DAS REMOÇÕES NA CIDADE:

Foi noticiado no jornal *O Povo* de 28 de julho de 2013 uma matéria com pessoas do bairro Mucuripe que serão removidas devido à construção do Veículo Leve Sobre Trilhos-VLT Parangaba-Mucuripe, a reportagem traz também a relação das desapropriações realizadas e idealizadas pela prefeitura:

1) Requalificação do rio Maranguapinho.

Impacto: 15.837 famílias desapropriadas

Obras do VLT devem afetar 22 comunidades. Serão 2.185 desapropriações.

Impacto: 15.837 famílias desapropriadas

Onde: av Mister Hull a Maracanaú

⁶ Música intitulada *Terral*, do compositor cearense Ednardo.

Para onde vão: 13 conjuntos residenciais localizados em bairros como Canindezinho e Bom Jardim, em Fortaleza, e Maracanaú

Previsão de conclusão: 2014 (obras do PAC I) e 2016 (obras do PAC II).

2) VLT, ramal Parangaba-Mucuripe

Impacto: 2.185 desapropriações previstas

Onde: da Parangaba ao Mucuripe, cortando 22 bairros

Para onde vão: Condomínio Cidade Jardim, no José Walter.

Previsão de conclusão: primeiro trimestre de 2014.

3) Obras de mobilidade para a Copa 2014

Impacto: 665 desapropriações previstas

Onde: avenidas Alberto Craveiro, Dedé Brasil, Paulino Rocha e Raul Barbosa

Para onde vão: ainda sem reassentamentos previstos.

Previsão de conclusão: 2014.

4) Túneis da Via Expressa

Impacto: 45 desapropriações previstas

Onde: nos cruzamentos da Via Expressa com as avenidas Santos Dumont, Alberto Sá e Pe. Antônio Tomás

Para onde vão: ainda sem reassentamentos previstos.

Previsão de conclusão: 2014.

5) Vila do Mar

Impacto: 1.434 famílias desapropriadas

Onde: Pirambu

Para onde vão: quatro conjuntos habitacionais e uma Vila de Pescadores, no bairro Álvaro Weyne.

Previsão de conclusão: um conjunto já entregue, dois com previsão para o segundo semestre de 2013 e um ainda sem previsão.

6) Aldeia da Praia

Impacto: 860 famílias desapropriadas

Onde: Titanzinho e Serviluz

Para onde vão: Conjunto habitacional no bairro Castelo Encantado.

Previsão de conclusão: até o fim de 2014.

7) Projeto Papicu

Impacto: 488 famílias desapropriadas

Onde: Lagoa do Pau Fininho.

Para onde vão: Conjunto Habitacional Lagoa do Papicu, no bairro Papicu.

Previsão de conclusão: parte das unidades entregue. Outra ainda sem previsão.

8) Preurbs

Impacto: 2.379 famílias desapropriadas

Onde: bairros Castelão e Barroso

Para onde vão: Conjunto Habitacional do Cocó, no bairro Cocó.

Previsão de conclusão: seis meses após desocupação do terreno.

9) Projeto Urubu

Impacto: 188 famílias desapropriadas

Onde: Lagoa do Urubu

Para onde vão: quatro conjuntos habitacionais no bairro Floresta.

Previsão de conclusão: 44 apartamentos já entregues. Outros 44 devem ser entregues até fim de 2013. Cem ainda aguardam sem previsão.

10) Projeto Rosalina

Impacto: 1.807 famílias desapropriadas.

Onde: Parque Dois Irmãos.

Para onde vão: projeto está sendo reelaborado.

Previsão de conclusão: Ainda não há.